



SENADO FEDERAL

PARECER N° 809, DE 2015

Da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, sobre a Mensagem n° 44, de 2015 (n° 149/2015, na origem), de iniciativa da Presidência da República que encaminha, nos termos do art. 52 da Lei n° 13.080, de 2 de janeiro de 2015, o Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias referente ao 2º bimestre de 2015.

Relator: Senador Benedito de Lira
Relator *ad hoc*: Senador Blairo Maggi

I – RELATÓRIO

O art. 9º da Lei Complementar n° 101, de 4 de maio de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, determina que, se verificado, ao final de um bimestre, que a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais, os Poderes e o Ministério Público promovam limitação de empenho e movimentação financeira, segundo os critérios fixados pela lei de diretrizes orçamentárias.

O art. 52 da Lei n° 13.080, de 2 de janeiro de 2015, Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2015 – LDO-2015, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2015 – LOA-2015, estabelece os critérios requeridos pela LRF, determinando que o Poder Executivo apure o montante da limitação necessário e o informe aos Poderes Legislativo e Judiciário, ao Ministério Público da União – MPU e à Defensoria Pública da União – DPU, até o vigésimo segundo dia após o encerramento do bimestre.

A Lei n° 13.115, de 20 de abril de 2015, LOA-2015, foi sancionada após o término do primeiro bimestre e o prazo legal para o envio aos demais Poderes do Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias referentes ao primeiro bimestre. Assim,



SENADO FEDERAL

Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle

tal relatório não foi elaborado, uma vez que não havia medidas a serem tomadas na ocasião, face à impossibilidade de execução do orçamento, exceto das despesas autorizadas no art. 53 da LDO-2015.

Após a sanção da LOA-2015 e findo o segundo bimestre, em obediência ao art. 9º da LRF, foram reavaliadas as receitas e as despesas primárias do Governo Federal, observando a arrecadação das receitas federais e a realização das despesas primárias até o mês de abril de 2015, em sua maioria, bem como parâmetros macroeconômicos atualizados, compatíveis com a política econômica vigente.

Em relação aos parâmetros macroeconômicos, a previsão para 2015 do crescimento real do PIB é de -1,2% – quase dois pontos percentuais abaixo da previsão contida na LOA2015 – e a do índice de inflação (IPCA), de 8,26% – acima dos 6,49% também previstos nesse documento. Nesse cenário de mercado, a estimativa de inflação sugere certa persistência em 2015, refletindo a dinâmica dos preços de serviços e do realinhamento dos preços administrados.

O menor crescimento real, a despeito da inflação superior, tem levado a uma queda real da arrecadação. Isso posto, houve revisão da estimativa da receita líquida de transferências a Estado e Municípios que demonstra decréscimo de R\$ 65,1 bilhões em relação à mesma estimativa constante da LOA-2015.

Houve frustração na maioria dos itens desse grupo de receitas, exceto IR, IOF, CIDE-Combustíveis, Outras Administradas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil do Ministério da Fazenda – RFB/MF, receita de Concessões, Receita Própria e Operações com Ativos.

Quanto às despesas primárias de execução obrigatória, houve acréscimo de R\$ 5,8 bilhões. Os maiores aumentos nas projeções dessas despesas foram observados nas seguintes estimativas: Compensação ao RGPS pelas desonerações da folha, Subsídios, Subvenções e Proagro, Complemento do FGTS, Créditos Extraordinários e Benefícios da Previdência.

Os principais decréscimos ocorreram nos seguintes itens: Auxílio à CDE e Abono e Seguro-Desemprego. Em relação a esse último caso, Abono e Seguro, devido, sobretudo, ao efeito da Medida Provisória nº 665, de 30 de dezembro de 2014.

Em relação à nova projeção o déficit do RGPS, apresentou elevação de R\$ 29,2 bilhões, em função da estimativa de frustração da receita previdenciária em R\$ 28,0 bilhões, combinada com o incremento na projeção da despesa em R\$ 1,2 bilhão.

Diante da combinação dos fatores citados, mostrou-se necessária a redução dos limites de empenho e movimentação financeira das despesas discricionárias em relação aos limites constantes da LOA-2015, conforme disposto a seguir:

Discriminação	Variações em relação à LOA 2015 (em R\$ milhões)
1. Receita Primária	(76.124,3)
2. Transferências aos entes subnacionais por repartição de receita	(10.994,6)
3. Receita Líquida de Transferências (1-2)	(65.129,6)
4. Despesas Obrigatórias	5.751,4
5. Despesas Discricionárias (3-4)	(70.881,1)
5.1. Poder Executivo	(69.945,6)
5.2 Demais Poderes	(935,4)

II – ANÁLISE

O Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias referente ao segundo bimestre do exercício 2015 atendem ao disposto no art. 9º da LRF, e ao art. 52 da LDO-2015.

III – VOTO

Assim, consideramos satisfatórios os dados apresentados nos Relatórios de Avaliação de Receitas e Despesas referentes ao segundo bimestre do exercício de 2015 e votamos pelo arquivamento da matéria.

Sala da Comissão, em 29 de setembro de 2015

Senador **OTTO ALENCAR**, Presidente

Senador **BENEDITO DE LIRA**, Relator

Senador **BLAIRO MAGGI**, Relator *ad hoc*



SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE COMISSÕES

Reunião: 44ª Reunião, Extraordinária, da CMA

Data: 29 de setembro de 2015 (terça-feira), às 09h30

Local: Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE -
CMA

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PDT, PT, PP)	
Jorge Viana (PT)	1. Humberto Costa (PT)
Donizeti Nogueira (PT)	2. Regina Sousa (PT)
Reguffe (PDT)	3. Acir Gurgacz (PDT)
Paulo Rocha (PT)	4. Delcídio do Amaral (PT)
Ivo Cassol (PP)	5. Benedito de Lira (PP)
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. João Alberto Souza (PMDB)
Jader Barbalho (PMDB)	2. Romero Jucá (PMDB)
Otto Alencar (PSD)	3. VAGO
VAGO	4. Sandra Braga (PMDB)
VAGO	5. VAGO
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Ronaldo Caiado (DEM)	1. Alvaro Dias (PSDB)
Ataídes Oliveira (PSDB)	2. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	3. Davi Alcolumbre (DEM)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PCdoB, PPS, PSB, PSOL)	
Lídice da Mata (PSB)	1. Vanessa Grazziotin (PCdoB)
João Capiberibe (PSB)	2. Roberto Rocha (PSB)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PSC, PR, PRB)	
Eduardo Amorim (PSC)	1. Blairo Maggi (PR)
Douglas Cintra (PTB)	2. Fernando Collor (PTB)